

EVIDENCIALIDADE E CONSTRUÇÃO DE SENTIDO EM DISCURSOS POLÍTICOS

Izabel Larissa Lucena – UFC/Capes

RESUMO: este trabalho tem como objetivo investigar a expressão da evidencialidade e sua relação com os graus de comprometimento dos oradores com os conteúdos enunciados na construção da argumentação no discurso político. Para tal fim, analisamos trinta discursos proferidos no Pequeno Expediente de Sessões Ordinárias da Assembleia Legislativa do Ceará, durante o período de 2005- 2006. Adotamos, principalmente, a base teórica funcionalista, em que o usuário assume papel central na investigação; a descrição linguística inclui, portanto, referência ao falante, ao ouvinte e a seus papéis e estatutos definidos na interação verbal (DIK, 1989). Os resultados obtidos revelam que, na construção da argumentação no discurso político, predomina o uso de marcas evidenciais do tipo relatado de fonte definida, comprovando que o político prefere não se comprometer com a informação reportada, assegurando ao interlocutor a possibilidade de avaliar por si só a validade da informação, de acordo com a qualidade da fonte expressa.

PALAVRAS-CHAVES: Evidencialidade. Discurso Político. Gramática Funcional.

ABSTRACT: the present research aims at investigating the expression of evidentiality and its relation to the degrees of public speaker's commitment with the contents uttered in political speech argumentation's construction. Thirty speeches delivered in the Small Expedient of Ordinary Sessions in the State legislature of Ceará, from 2005 to 2006, consisted the *corpus* of analysis. We adopted, mainly, the functionalist theoretical basis, in which the user assumes a central role in the inquiry; the linguistic description includes, therefore, reference to the speaker, to the listener and to their roles and statutes defined in the verbal interaction (DIK, 1989). The results reveal that, in political speech argumentation's construction, the use of evidences marks from the cited defined type of source prevails, proving that the politician prefers not to commit himself to the reported information, assuring to the interlocutor this responsibility to evaluate the validity of the information, in accordance with the quality of the expressed source.

KEYWORDS: Evidentiality. Political Discourse. Functional Grammar.

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo, procuramos identificar e analisar os efeitos de (des)comprometimento provocados pelos diferentes tipos de evidencialidade e sua relação na construção da argumentação no discurso político. Analisamos essa categoria linguística quanto aos aspectos sintáticos (meios linguísticos, posição da expressão evidencial no enunciado), semânticos (tipo de fonte da informação, natureza da evidência, o que é considerado como uma estratégia de veiculação da informação no discurso) e pragmáticos (graus de comprometimento do político com o conteúdo de seu discurso, imagens por ele suscitadas no processo argumentativo, funções discursivas assumidas pelas marcas evidenciais).

A evidencialidade é entendida como um fenômeno conceptual-funcional inerente às línguas naturais (GALVÃO, 2001). Ou seja, todas as línguas apresentam formas de

manifestação ou referência à fonte da informação (LAZARD, 2001). Essa noção abstrata de evidencialidade só é possível porque o modelo de gramática no qual este estudo se assenta postula que o falante traz para a interação verbal tudo aquilo que integra a sua informação pragmática (DIK, 1997).

Entendendo a evidencialidade como um domínio conceptual-funcional universal, assumimos que as unidades evidenciais comportam, principalmente, a fonte da informação, das evidências ou das justificativas sobre o conteúdo enunciado. Dessa forma, o grau de comprometimento do falante em relação à verdade da proposição depende da qualidade da fonte expressa. Defendemos, portanto, que, no plano conceptual-funcional, a evidencialidade determina o julgamento, haja vista a consideração de que, para se julgar, deve-se antes conhecer, –sob pena de se estar apenas especulando! (GALVÃO, 2001).

Quanto à organização do artigo, apresentamos, primeiramente, os pressupostos teóricos que norteiam a análise dos dados. Além disso, definimos a categoria evidencialidade e empreendemos uma breve caracterização do discurso político. Em seguida, discutimos as categorias de análise e os resultados encontrados no *corpus*, mostrando como esse domínio conceptual-funcional contribui na construção da argumentação no discurso político, sobretudo no que diz respeito às imagens que o político deseja construir de si.

2. O paradigma funcionalista

O presente trabalho se enquadra numa orientação funcionalista nos estudos da linguagem. Embora possamos destacar a existência de diferentes modelos funcionalistas, todos compreendem que o estudo das expressões linguísticas deve realizar-se dentro de um quadro geral de interação social que prioriza a análise das funções dessas unidades linguísticas sobre seus aspectos estritamente formais.

Neste paradigma, a linguagem é compreendida a partir de uma perspectiva instrumental, teleológica. A expressão linguística passa a ser vista dentro de um contexto do qual fazem parte, pelo menos, dois participantes, suas intenções comunicativas, seus papéis e estatutos definidos na interação social (DIK, 1989; 1997). Sendo assim, a pesquisa linguística de orientação funcionalista pode tomar como objeto de análise uma categoria de item ou de construção e, a partir daí, identificar os processos cognitivos e discursivos que estão relacionados a essa categoria, a fim de verificar a sua atuação e as funções que realiza dentro de uma língua natural (NOGUEIRA, 2002).

O pressuposto de que há um sistema subjacente às expressões linguísticas, sistema este de natureza funcional, leva o linguista, portanto, a investigar por que uma expressão linguística é utilizada de um determinado modo, dadas as funções comunicativas que realiza (DIK, 1989; 1997). Ou seja, em vez de buscar rotular, inequivocamente, os itens da língua, as construções ou expressões linguísticas assumem uma fluidez categorial em vista das pressões do uso. Como podemos perceber, a análise funcionalista da linguagem se distingue da formalista na medida em que define o sistema linguístico como uma rede de significado paradigmático potencial (HALLIDAY, 1985), não-linear, que sofre transformações decorrentes do uso e das intenções comunicativas de seus usuários.

A escolha pela perspectiva funcionalista da linguagem deve-se ao próprio objeto de análise, uma vez que a evidencialidade apresenta um caráter não-discreto, mas multifuncional. Ou seja, a plurifuncionalidade dos itens evidenciais, nos termos de Halliday (1985), justifica adotarmos um ponto de vista que admita o comportamento dinâmico das expressões linguísticas, refletindo, assim, a variedade de propósitos comunicativos a que elas podem prestar-se, dependendo das intenções comunicativas do falante e do contexto no qual a interação verbal se realiza.

No modelo teórico funcionalista, o usuário assume papel central, já que o objetivo da investigação linguística é explicitar como falantes e ouvintes se comunicam entre si, de modo eficiente, por meio da expressão linguística (DIK, 1989). Para Dik, a descrição funcionalista da linguagem considera que os usuários de uma língua sejam capazes de construir, manter e explorar uma base de conhecimento organizado (capacidade epistêmica); de empregar regras de raciocínio para extrair novos conhecimentos a partir de conhecimentos prévios (capacidade lógica); de perceber o ambiente e dele derivar conhecimento (capacidade perceptual); e de usar a linguagem de acordo com a situação de interação (capacidade social). Essas capacidades não funcionam de modo isolado, mas em conjunto, produzindo, assim, cada uma, um *output* fundamental para a produção e interpretação da linguagem.

Sendo assim, para a Gramática Funcional (GF), a interação verbal é uma atividade cooperativa – que envolve no mínimo dois participantes – e altamente estruturada por regras. Portanto, é tarefa dessa abordagem funcionalista empreender uma análise linguística que vise a explicitar dois tipos de sistemas de regras: as regras de constituição das expressões linguísticas - regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas; e as que governam os padrões de interação verbal em que essas expressões linguísticas são usadas - regras pragmáticas (DIK, 1989; 1997). A expressão linguística, por sua vez, assume um caráter de mediação, não no sentido de reproduzir o mundo empírico, tal como se apresenta aos nossos olhos, mas como um instrumento que relaciona, como uma ponte, a intenção do falante e a interpretação do ouvinte, sendo esta mediação –imperfeita, na medida em que o significado codificado na mensagem pelo falante não se confunde com a sua intenção e nem se iguala à interpretação final dada pelo ouvinte.

Nesta perspectiva funcionalista, a língua é entendida não como um conjunto de expressões linguísticas arbitrárias que podem ser estudadas fora do contexto de uso, mas como um instrumento de interação social entre os seres humanos, usado com a intenção de estabelecer, primeiramente, interações comunicativas.

Outro aspecto importante da orientação funcionalista adotado neste trabalho consiste na proposta de integração dos níveis de análise, ou seja, da existência de uma sistematização entre os domínios da sintaxe, da semântica e da pragmática. Segundo Dik (1997), a pragmática é vista como um quadro abrangente no qual a semântica e a sintaxe devem ser estudadas. A semântica é instrumental em relação à pragmática, e a sintaxe, instrumental em relação à semântica. É nesse sentido que os modelos funcionalistas se caracterizam como teorias pragmáticas, visto que o estudo da sintaxe e da semântica se desenvolve dentro de um quadro da pragmática, o que significa dizer que toda a situação de comunicação deve ser avaliada, isto é, o propósito enunciativo, seus participantes e o contexto no qual se dá essa interação (NICHOLS, 1984).

Sendo assim, com base em todos esses pressupostos teóricos, podemos afirmar que o uso das unidades evidenciais codificadas nas línguas reflete a interação entre aspectos cognitivos e contextuais, ou seja, são o resultado da relação entre as decisões comunicativas do falante e o contexto de interação social. Esse pressuposto de que o falante opera a codificação das expressões linguísticas a partir da relação entre cognição, aspectos contextuais e gramaticais reforça, portanto, a subdivisão dos evidenciais em *subjettivos* (quanto o falante é a fonte do conhecimento) e *intersubjetivos* (quando a fonte é uma comunidade, podendo ser incluído o falante e o ouvinte), tal como proposto por Nuyts (1993); explicando, desse modo, o fato de essa categoria se manifestar em certos contextos e em outros não, como também a co-ocorrência entre a evidencialidade e a modalidade epistêmica nas línguas que não possuem sistemas evidenciais gramaticalizados em termos morfológicos. Tendo em vista isso, este trabalho visa a analisar a funcionalidade da categoria evidencialidade segundo fatores de ordem

interpessoal, contextual e representacional.

3. Evidencialidade: definição e delimitação de um domínio conceptual-funcional

A categoria evidencialidade está presente nas discussões linguísticas há bastante tempo (DENDALE & TASMOWSKI, 2001). Entretanto, os problemas relativos à sua conceituação ainda constituem questões complexas para as pesquisas que se preocupam em analisar como essa categoria se manifesta nas línguas naturais e a relação que ela mantém com a modalidade epistêmica.

Essas questões estão diretamente relacionadas ao modo como a literatura linguística vem tratando a evidencialidade. Segundo Kasper Boye e Peter Harder (2009), podemos encontrar diferentes pontos de vista sobre o assunto: i) o primeiro é o de *inclusão*, que coloca a evidencialidade no domínio da modalidade epistêmica; ii) o segundo é o de *disjunção*, que considera a evidencialidade e a modalidade epistêmica como categorias linguísticas distintas; iii) o terceiro é o de *intersecção* ou *sobreposição*, segundo o qual há uma intersecção entre os domínios semânticos da modalidade epistêmica e da evidencialidade; iv) e o quarto é o defendido por De Hann (1997), que afirma ser a evidencialidade uma categoria –neutral em relação à modalidade epistêmica, codificando apenas a fonte da informação.

Quanto à sua definição, a evidencialidade é geralmente concebida como um categoria que diz respeito à –fonte da informação||, – fonte de evidências|| ou –fonte de justificativas|| (BYBEE, 1985a; ANDERSON, 1986; CRYSTAL, 1991; AIKHENVALD, 2003, 2004). No entanto, há quem considere a evidencialidade como um elemento que se refere a noções de –probabilidade|| e –graus de certeza|| (MITHUN, 1986; MAYER, 1999), além das acepções de –fonte da justificativa|| ou –fonte da informação||. Chafe (1986, p. 262) inclui no âmbito do rótulo evidencialidade não apenas as –evidências|| em sentido estrito, mas um vasto –leque de considerações epistemológicas||.

Com base em Bybee & Fleischmann (1995), consideramos a evidencialidade como um meio de revelação da fonte de um conteúdo proposicional, que marca também o grau de comprometimento do falante com a verdade da proposição. Em resumo, a evidencialidade pode variar, mas, sem evidência, não há a avaliação de um estado-de-coisas, pois o falante pode simplesmente dizer que não sabe, não tem conhecimento (NUYTS, 1992, 1993).

Defendemos, portanto, que a categoria evidencialidade constitui um domínio conceptual-funcional, haja vista que essa representação abstrata que coloca a evidencialidade como hierarquicamente superior à modalidade epistêmica pode não ter lugar na manifestação linguística, tal como propõe a Gramática Funcional (DIK, 1997), mas, sim, nas representações conceptuais humanas. Em outras palavras, recorrendo a Neves (2006, p. 166), –não se trata de uma hierarquização da estrutura linguística, mas de categorias da estrutura conceptual cujo comportamento tem reflexo na estrutura linguística||. Dessa forma, assumimos que há um nível mais profundo de representação –não-material|| na expressão da gramática das línguas (NUYTS, 1992, 1993, 2001; GALVÃO, 2001; GONÇALVES, 2003; KASPER BOYE E PETER HARDER, 2009).

Reconhecemos também que, embora as qualificações evidências e modais epistêmicas atuem no nível interpessoal, uma vez que são qualificações que –auxiliam na composição da expressão do (des)comprometimento do falante com o valor de verdade da proposição|| (cf.

GALVÃO, 2001, p. 74), não cabe às expressões evidenciais privativamente o estatuto de expressões modalizadoras, pois o (des)comprometimento do falante pode, como especifica Galvão, ser expresso por unidades estritamente modais, não-modais e não-evidenciais.

O que queremos reforçar com isso é o fato de que a evidencialidade e a modalidade, embora tenham uma natureza *intersubjetiva*, são categorias conceitualmente independentes (GALVÃO, 2001), já que provêm de experiências cognitivas diferentes; uma diz respeito à fonte do conhecimento de uma proposição, enquanto a outra indica o grau de comprometimento do falante em relação ao valor de verdade da proposição; sendo a evidencialidade a categoria hierarquicamente superior à modalidade epistêmica, pois há de se aceitar que toda proposição tem uma fonte, que pode ser o falante ou não; além disso, a fonte da informação pode ser expressa ou não, de acordo com o contexto de interação e os propósitos comunicativos do sujeito enunciador.

Em resumo, compreendemos, neste estudo, que a evidencialidade constitui um domínio conceptual-funcional inscrito nas línguas naturais. Sua função mais básica é expressar a fonte da informação, sendo o grau de comprometimento do sujeito enunciador decorrente da qualidade da fonte expressa. Além disso, essa opção teórica nos leva a considerar que a categoria evidencialidade pode manifestar-se nas línguas tanto por meios lexicais como gramaticais, devendo ser sua manifestação condicionada nas línguas particulares não apenas por fatores linguísticos, mas, principalmente, por aspectos discursivo- pragmáticos.

4. Caracterização do discurso político

Segundo Maingueneau (2002), o discurso é uma forma de *ação* sobre o outro. Nos termos de Dik (1997), isso significa dizer que, ao nos engajarmos em uma interação verbal, o fazemos a fim de modificar algo na informação pragmática do nosso interlocutor. Tendo em vista alcançar, com sucesso, essa modificação, escolhemos e articulamos as expressões linguísticas em função de nossos propósitos comunicativos. Nesse sentido, o discurso passa a ser compreendido também como *ato de persuasão*, ou seja, como lugar de interação entre os sujeitos, onde produzir discurso é influenciar o outro.

Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005) destacam que a argumentação se caracteriza como um ato de persuasão, no sentido de que atinge a vontade, as emoções, os sentimentos dos interlocutores, através de argumentos verossímeis, de caráter ideológico, subjetivo, temporal, dirigido a um –auditório particular^{II}. Os autores distinguem esse ato que visa à adesão dos espíritos, do *ato de convencer*, que, de modo geral, está relacionado à razão, à lógica e é voltado a um –auditório universal^{III}, uma vez que as conclusões das premissas resultam do raciocínio, tal como ocorre na lógica matemática, e cujo caráter é estritamente demonstrativo e atemporal.

Nesse sentido, o discurso político pode ser compreendido como todo e qualquer ato de linguagem que se estabelece no espaço político, ou seja, nos diversos espaços de discussão, de persuasão, de decisão, no qual a palavra política esteja presente, sem ser, obviamente, confundida com a verdade, mas com um jogo em que os sujeitos usam a linguagem para atingir seus propósitos enunciativos. Dessa forma, o discurso político é um *construto*, no qual não há revelação de verdades, mas a *construção de verossimilhanças*; afinal de contas, as verdades são relativas ao ponto de vista em que são tratadas. Essa concepção de que a verdade é relativa torna-se muito pertinente para o estudo da categoria evidencialidade, uma vez que o enunciador pode, de acordo com seus propósitos comunicativos, fundamentar seu discurso com base em diferentes fontes da informação, imprimindo diferentes níveis de comprometimento.

Charaudeau (2006) afirma que o discurso político persuasivo é construído por meio da identificação do orador com o seu auditório, bem como pela criação de uma –dramatização– realizada pelo político, de modo que corresponda às representações sociais, psicológicas, comportamentais do povo, sempre com o objetivo de seduzir.

O político que deseja persuadir sua plateia deve dotar-se, de certo modo, de argumentos que o tornem legítimo e fidedigno de representar as aspirações do povo (*logos*); de uma imagem que contemple o imaginário desse povo (*ethos*), para que, assim, possa mobilizar argumentos que –toquem– os seus anseios (*pathos*). É por isso que não há adesão, isto é, mobilização das paixões do povo senão por meio da criação de uma imagem.

Essa imagem (*ethos*), por sua vez, é a designação dada pelos antigos à construção de uma imagem de si destinada a garantir o sucesso do empreendimento oratório. Roland Barthes, retomando os componentes da antiga retórica, define o *ethos* como –os traços de caráter que o orador deve mostrar ao auditório (pouco importando sua sinceridade) para causar boa impressão: é o seu jeito [...]. O orador enuncia uma informação e ao mesmo tempo diz: sou isto, não sou aquilo– (BARTHES, 1970, p. 315 *apud* AMOSSY, p. 10, 2005). No caso do discurso político, o *ethos* –é voltado ao mesmo tempo para si e para o outro. Ele é uma construção de si para que o outro adira, siga, identifique-se a este ser que supostamente é representado por um outro si-mesmo idealizado– (CHARAUDEAU, 2006, p. 153).

5. Procedimentos metodológicos

Para análise da categoria evidencialidade no discurso político, selecionamos 30 discursos proferidos nas Sessões Ordinárias do Pequeno Expediente da Assembleia Legislativa do Ceará (2005-2006), subdivididos em dois grupos temáticos: a) Refinaria de Petróleo (1º grupo) e b) Transposição do Rio São Francisco (2º grupo), totalizando 17.532 palavras.

Em relação aos procedimentos de análise quantitativa, optamos por trabalhar com o programa computacional SPSS (versão 7.5 para Windows - *Statistical Package for the Social Sciences*), principalmente com as ferramentas de contagem de frequência.

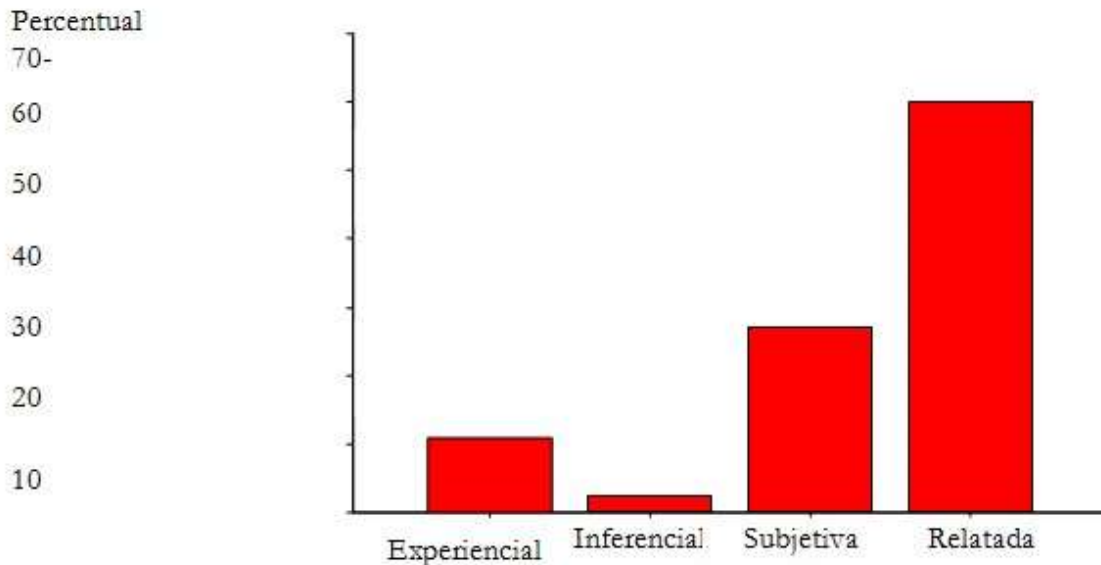
Quanto aos parâmetros sintáticos, semânticos e pragmáticos, inspiramo-nos, para a elaboração de nossa proposta de análise, nos trabalhos de Willet (1988), Galvão (2001), Dall’Aglio-Hattner (2001), Gonçalves (2003), Carioca (2005) e Vendrame (2005). A seguir, expomos os critérios utilizados e os resultados encontrados, procurando ilustrar com ocorrências retiradas do *corpus* da pesquisa.

6. Análise e discussão dos resultados

A evidencialidade é analisada, integradamente, quanto aos aspectos sintáticos (meio linguístico, posição no enunciado), semânticos (tipo de fonte, estratégia de veiculação da informação no enunciado, o que está diretamente relacionado ao modo como o enunciador deseja demonstrar que obteve a informação por ele apresentada) e discursivo-pragmáticos (graus de comprometimento do político com o conteúdo do seu discurso, imagens por ele suscitadas no processo argumentativo, funções discursivas assumidas pelos itens evidenciais).

Os resultados obtidos revelam que, na construção da argumentação no discurso político, predomina o uso de marcas evidenciais do tipo relatado, mostrando que o político prefere não se comprometer com seu discurso. Quanto às marcas evidenciais atinentes ao eixo do enunciador (experiência, inferencial e subjetiva), estas se apresentam em menor quantidade, tal como podemos visualizar no gráfico 01 a seguir:

Gráfico 01 – Tipos de evidencialidade no discurso político.



O Gráfico 01 sugere que a evidencialidade do tipo *relatada* é a mais recorrente, computando um número total de 161 casos (60,1%). Em relação aos outros tipos de marcas de evidencialidade associados ao sujeito enunciador, temos, respectivamente, a *subjetiva* como a segunda mais recorrente no *corpus*, somando um total de 73 casos (27,2%); seguida pela *experiencial*, com um total de 28 casos (10,4%); e a *inferencial*, como a menos recorrente, constando de apenas 06 casos (2,2%).

De acordo com os dados, é possível generalizar que, no discurso político, há predominância da *isenção de responsabilidade* por parte do enunciador no que diz respeito ao conteúdo de seu discurso. Em outras palavras, essa alta frequência de itens evidenciais do tipo relatado pode estar relacionada ao baixo comprometimento instaurado pelos enunciadores em relação aos temas por eles debatidos.

Acreditamos que essa menor ocorrência de itens evidenciais pertencentes ao eixo subjetivo deva-se ao fato de o conteúdo proposicional desses enunciados apresentar um caráter polêmico e controverso. A inclusão como fonte de um conteúdo proposicional poderia implicar em cobranças por parte do auditório, o que pode comprometer a imagem do político e, portanto, sua legitimidade enquanto representante do Povo. Outro fato importante é o argumento de que a evidencialidade direta é a forma não-marcada em língua portuguesa. Nesse caso, a ausência de marca evidencial pode ser interpretada como diretamente associada ao enunciador.

Vejam as ocorrências (01) e (02), a seguir, que exemplificam a evidencialidade *relatada de fonte definida*, que ocorre, em relação às relatadas de fonte indefinida e de domínio comum, em maior número em nosso *corpus* (cerca de 90,1% do total de relatadas, o que corresponde a 145 ocorrências):

(1) E o Deputado José Guimarães que àquele momento postava-se à Mesa, *disse que* era preciso continuar lutando e que já fôssemos pensando, imaginando trazer alguma coisa compensadora

para o Estado do Ceará. (D6R-52-159)

(2) E ele *diz*, olha o que o Bispo *diz*: –Que nós temos que dessalinizar a água do mar para abastecer o Nordeste. Sem nenhum conhecimento técnico porque a dessalinização só aproveita 25% da água que é tratada. Que é um projeto caro, caríssimo de uma manutenção que poucos suportam fazer. (D9T-76-109)

As ocorrências (01) e (02) exemplificam bem as marcas evidenciais relatadas definidas. Em (01), temos um verbo *dicendi*, que parece ser marca típica da evidencialidade citativa. Recorrendo ao contexto maior, o enunciador faz quase toda sua fala reportando discursos de outros políticos envolvidos na –causal da Refinaria. Ele visa descomprometer-se, deixando ao auditório a tarefa de avaliar por si mesmo a validade de seus argumentos. As vozes requeridas em seu discurso demonstram o –jogo político que pode estar envolvido na captação de uma grande obra.

Na ocorrência (02), o político faz referência à greve de fome de um bispo da Bahia. O enunciador visa a ridicularizar a proposta do bispo, mostrando que ele não tem conhecimento técnico a respeito do tema debatido. A atitude do bispo foi bastante discutida na Assembleia, tendo repercussão nacional na mídia. Percebemos que, ao tratarem do tema, os enunciadores quase sempre buscaram reportar a voz desse sujeito, desqualificando e criticando sua atitude como cidadão e religioso. O efeito de sentido de baixo comprometimento em (02) é decorrente da discordância do político com o discurso reportado.

É possível, ainda, identificar dois outros tipos de evidencialidade relatada: i) evidencialidade *relatada de domínio comum*, que corresponde a apenas (9,3 %) do total de ocorrências do tipo relatada; ii) evidencialidade *relatada de fonte indefinida*, cujo percentual de ocorrência é ainda menor, apenas (0,6 %) do total.

A evidencialidade relatada de domínio comum indica um compartilhamento de ideias que remete a um efeito de sentido de comunhão com o auditório, o que é importante no sentido de –preparar o terreno (bases epistêmicas comuns) para a adesão às teses do enunciador. Vejamos as ocorrências (03) a seguir:

(3) Tenho andado em todo o Sertão Central, Deputado Francini Guedes, e vejo que estamos chegando nos meses dos –b-r-o-bros, onde *todos sabemos*, nós que somos do interior, que os meses dos –b-r-o-bros são os mais quentes, são os mais longos e são aqueles em que o abastecimento de água começa a ficar crítico na grande maioria do interior do Estado. (D13T-95-109)

A ocorrência (03) exemplifica a função mais típica assumida pela evidencialidade relatada de domínio comum. Dos quinze casos encontrados em nosso *corpus*, nove se manifestam por meio do predicado de conhecimento *saber*, flexionado na 1ª pessoa do plural. A utilização da 1ª pessoa do plural nos casos de evidencialidade de domínio comum indica que o enunciador é porta-voz de um saber –popular. O enunciador, ao reportar esse saber, constrói uma imagem para si de –homem sertanejo.

A evidencialidade indefinida constitui um relato cuja fonte não é identificada. O enunciador pode, como foi dito, não explicitar essa fonte por duas razões: i) não sabe quem é essa fonte, porque a informação lhe chegou por meio de um boato ou ii) não quer se comprometer com essa fonte ou não comprometê-la e, por isso, não a identifica. Essa

estratégia imprime, no discurso político, um efeito de baixo comprometimento, tal como podemos verificar na ocorrência (04) a seguir:

(4) Quem ainda *acredita que* a refinaria seja sediada no Porto do Pecém, onde tecnicamente há mais vantagem, não avalia o peso político decisivo no empreendimento desse porte. (D10R-97-159)

Na ocorrência (04), o enunciador reporta, em seu discurso, um conhecimento de fonte indefinida. Utiliza o pronome indefinido –quem|| para designar genericamente um referente discursivo que será qualificado como incapaz de avaliar o significado político envolvido na questão. Evitando o ataque direto a um colega em particular, o enunciador critica todos aqueles que acreditam (predicado de crença) que o investimento em infra-estrutura tem maior –peso|| que os interesses políticos envolvidos na questão da Refinaria.

A evidencialidade pertencente ao *eixo do sujeito enunciador* representa, somando-se as três classes pertinentes (*subjetivo, experiencial e inferencial*), 39,9% em relação à totalidade do *corpus* da pesquisa. O enunciador pode comprometer-se com o conteúdo do seu discurso de três maneiras: i) pode apresentar a informação como sendo parte de uma experiência sua, relacionada à percepção sensorial; ii) pode apresentar a informação como sendo uma inferência construída por meio da intuição ou da construção lógica; ii) pode apresentar a informação como sendo uma crença ou opinião sua ou, ainda, como um saber relevante no estabelecimento/manutenção da persuasão.

A evidencialidade *subjativa* ocorre em 68,3% (73 casos) do total de evidencialidade integrante ao eixo sujeito enunciador. A evidencialidade *subjativa* constitui uma informação disponível apenas ao falante. Essas informações dizem respeito ao conjunto de crenças, opiniões que o sujeito enunciador ativa no momento da interação verbal, com a finalidade de provocar alguma modificação na informação pragmática do seu interlocutor. A evidencialidade *subjativa* imprime um alto grau de comprometimento do enunciador com o seu discurso. O político, ao construir um argumento com base em uma evidencialidade *subjativa*, deseja se mostrar como alguém que se posiciona perante os temas debatidos na Assembleia, como podemos verificar nos exemplos (05) a seguir:

(5) Ele é Governador, ele sabe que não é um investimento fácil, da dificuldade política nacional que existe, do interesse do Sul, Centro Sul. Mas *tenho que reconhecer que* o Governador Tasso Jereissati fez o que foi possível na época e não veio a Refinaria. (D4R-29-159)

No exemplo (05), o item evidencial *subjativo –reconhecer||* forma uma perífrase verbal com o auxiliar –ter que||. Como podemos perceber, o político é levado, por uma obrigação deôntica, a reconhecer que o Governador Tasso Jereissati tentou, em seu governo, trazer a Refinaria para o Ceará. O próprio enunciador instaura uma obrigação de ordem ética sobre si mesmo, buscando persuadir o auditório de que a tentativa de captação dessa obra é antiga, e que envolve forças políticas opostas. O enunciador deseja mostrar que há um embate político envolvido na questão da Refinaria.

A evidencialidade centrada no eixo do enunciador pode ser subdividida em mais dois outros subtipos: *experiencial* e *inferencial*. A *experiencial* constitui uma evidencialidade relacionada aos sentidos, ou seja, o falante afirma ter tido contato com um objeto do mundo. A *inferencial*, por estar relacionada à percepção e à lógica, representa uma evidencialidade também embasada em dados extralinguísticos, uma vez que se trata de um construto mental do falante, que interage com o contexto para inferir um conteúdo. Dentre os três tipos de evidencialidade pertencentes ao eixo do enunciador, a *subjativa* constitui a mais intersubjetiva,

porque diz respeito àquilo que o falante, enquanto fonte da informação, acredita, pensa etc.

A evidencialidade *experiential* ocorreu em 26,1% (28 casos) do total de ocorrências classificadas como pertencentes ao eixo do enunciador. Os argumentos construídos com base em uma experiência podem ser considerados, por parte do auditório, como evidências mais concretas em relação ao assunto debatido, uma vez que o político se apresenta como alguém que vê, presencia os fatos. A ocorrência (06) abaixo exemplifica esse tipo de evidencialidade:

(6) E durante essa campanha eleitoral eu tive a oportunidade de andar por muitos lugares, sobretudo no Sertão Central, e *presenciamos* o esvaziamento dos médios e pequenos açudes do Estado do Ceará naquela Região Central. (D14T-102-109)

A evidencialidade *inferencial*, por sua vez, foi a menos recorrente, com apenas 5,6 % (6 casos) do total de evidencialidade do eixo do enunciador. Isso talvez se deva ao fato de termos feito a distinção entre inferências baseadas em fatos mais concretos, derivados da percepção ou da lógica, tal como concebe Willet (1988), e evidências reconhecidas como crenças, opiniões do falante, que, de acordo com Hengeveld (1988, 1989), seriam analisadas não como evidencialidade, mas como modalidade epistemológica subjetiva. Optamos por essa distinção porque é muito difícil uma evidência ser estritamente inferencial, uma vez que o sujeito sempre se apresenta como filtro daquilo que veicula em seu discurso. Destacamos a ocorrência (07) a seguir, em que a evidência pode ser considerada como derivada da observação de fatos ou de uma conclusão lógica:

(7) *Parece que* antes da resposta ser dada o Deputado José Guimarães já trouxe essa informação de que realmente foi assinado com o Governo de Pernambuco. (D5R-33-159)

A ocorrência (07) demonstra que o enunciador derivou um conhecimento a partir da observação dos fatos do contexto. O modo como o conhecimento foi gerado causa a impressão de que o falante não pode ser totalmente responsabilizado pelo conteúdo proposicional, já que se trata de uma informação produzida por meio da percepção ou do raciocínio lógico. O efeito de sentido provocado pelo uso de uma evidência inferencial é de médio comprometimento.

A partir do que foi discutido, é possível propor uma gradação do uso/função da evidencialidade no discurso político, tal como demonstra a Figura 01 a seguir:

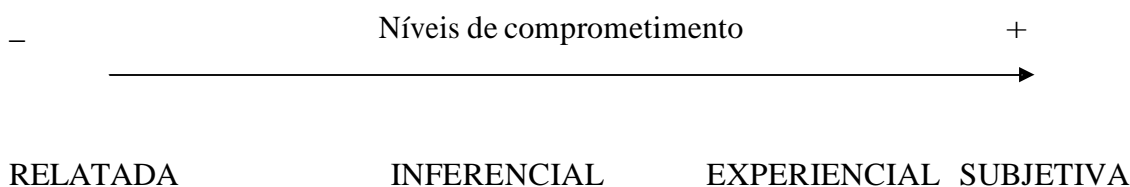


Figura 01 – Graus de comprometimento dos tipos evidenciais (LUCENA, 2008).

Como é possível verificar, quanto mais à direita da seta o enunciador indicar a fonte, maior será o grau de comprometimento dele com o seu discurso. Essa figura também demonstra que o grau de *intersubjetividade* do sujeito enunciador tende a diminuir quanto mais à esquerda ele estiver, acentuando o seu distanciamento em relação ao conteúdo do discurso.

Quanto aos meios de expressão, a evidencialidade	Número	Percentual
Verbo	226	84,3
Substantivo	10	3,7
Adjetivo	4	1,5
Preposição	14	5,2
Advérbio	2	0,7
Enunciado	5	1,9
Metalingüístico		
Justaposição	7	2,6
Total	268	100,0

Tabela 01 - Meio de manifestação da evidencialidade.

A Tabela 01 demonstra que a evidencialidade se manifesta primordialmente por meio da classe verbal. Como é possível verificar, ela ocorre em 84,3% do total de ocorrências encontradas no *corpus*. A preposição é a segunda mais utilizada, especificamente, para expressão da evidencialidade relatada de fonte definida. O substantivo, o adjetivo e o advérbio ocorrem em menor frequência. Além dessas classes, observamos casos em que a fonte é recuperada por meio de todo um enunciado metalingüístico. Encontramos também casos em que uma marca evidencial lexical ou gramatical é omitida, porém, verifica-se a presença, no enunciado, da justaposição da fonte da informação em relação ao conteúdo proposicional. Apresentamos, a seguir, apenas dois exemplos de manifestação da evidencialidade relacionados à classe verbal, que, como dissemos, constitui o meio de manifestação mais comum da evidencialidade:

(8) Nós fazemos Oposição ao Governo de Vossa Excelência, mas não fazemos Oposição ao Estado! E muito foi investido nesse sentido, para que isto aconteça no Ceará e vem o Tribunal e cria dificuldade para uma obra desta natureza! *Reconhecemos que* vocês podem ter divergências com o nosso Governo, mas nesta obra, creio que não há! (D8T-68-109)

Dentre os tipos de verbos, os de elocução são os mais frequentes. Neves (2000) subdivide esse tipo predicado em verbos propriamente de dizer ou *dicendi*, tais como *falar, dizer, protestar, comentar* e similares; e verbos introdutórios de discurso, que não indicam, necessariamente, atos de fala, como *afirmar, garantir, gritar* e similares. Vejamos as ocorrências (09) e (10), que ilustram esses tipos de verbos de elocução:

(9) E quando um Ministro do porte do nosso Ministro *Ciro Gomes*, cearense, que quer trazer a Refinaria para cá e tenho certeza que está lutando para isso, *diz que* os cearenses devem apostar que isso seja empurrado com a barriga e a decisão da localização da Refinaria não seja decidida agora, por esse Governo. Porque se assim o for o Estado está escolhido: o Estado de Pernambuco. (D5R-39-159)

(10) Na década de sessenta, foi realizado o primeiro estudo técnico sobre a viabilidade da construção e, na década seguinte, a Petrobrás *afirmou que* tinha interesse em construir uma refinaria no Nordeste. (D8R-67-159)

Os Verbos –dizer|| e –afirmar|| dos exemplos (09) e (10) codificam, geralmente, a evidencialidade relatada de fonte definida, imprimindo o efeito de baixo comprometimento em relação aos conteúdos enunciados.

A marca evidencial também pode ser caracterizada em relação à posição que ocupa no enunciado, especificamente, quanto à fonte e ao conteúdo proposicional. Sendo assim, a marca evidencial pode ser: *anteposta*, *intercalada* e *posposta*. Ela é considerada anteposta quando precede tanto a fonte da informação quanto o conteúdo proposicional; é intercalada quando se apresenta entre a fonte e o conteúdo proposicional; é posposta quando se localiza após a fonte e o conteúdo proposicional. Nos casos em que a fonte é implícita, a marca evidencial é considerada como ocupando a posição anteposta, uma vez que o item evidencial está no lugar da fonte da informação.

Foi possível verificar que a posição intercalada é mais recorrente em nosso *corpus* (59,9%), seguida pela posição anteposta (38,8%). A posição posposta apareceu em apenas (1,9%) do total das ocorrências. Essa opção pela intercalação do item evidencial demonstra que a ordem direta (forma não-marcada do enunciado) constitui o uso canônico da categoria evidencialidade em língua portuguesa, tal como podemos observar na ocorrência (11) logo abaixo:

(11) O Ministro *Ciro Gomes falou* ontem exatamente aquilo que é conversado, é comentado no seio da Petrobrás: do ponto de vista técnico e mercadológico a Petrobrás não tem interesse de construir nenhuma Refinaria, principalmente no Nordeste. (D7R-62-159)

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos, em nosso *corpus*, a predominância de marcas evidenciais que indicam que a informação foi obtida por meio de uma relato de fonte definida. Isso pode ser justificado pelas seguintes razões: i) o enunciador não deseja se comprometer com o conteúdo de seu discurso, ii) no português, a evidencialidade direta constitui uma forma não marcada e iii) configura-se como uma estratégia eficaz de persuasão no discurso político, principalmente, quando o político deseja mostra-se como alguém mais –neutro||, que sabe o quê e como o outro fala.

Quanto à evidencialidade pertencente ao eixo do enunciador (marca experienciais, inferenciais e subjetivas), verificamos que, ao se colocar como fonte de um discurso, o político assim o faz porque deseja se mostrar como alguém comprometido com suas ideias e propósitos políticos. Esse tipo de evidencialidade se revelou como uma estratégia requerida nos casos em que o enunciador quer se mostrar como um sujeito que diz a –verdade|| ou um –legítimo representante do Povo||.

Verificamos que o tipo subjetivo é o mais frequente. Esse tipo de evidencialidade constitui um conhecimento pertencente à informação pragmática do enunciador, que se apresenta também como a fonte da informação. A evidencialidade experiencial e, sobretudo, a inferencial ocorreram em poucos casos, o que pode demonstrar o caráter predominantemente subjetivo dessa categoria. O sujeito se apresenta como fonte, avaliando, ao mesmo tempo, a informação que veicula.

Em relação aos meios de manifestação da evidencialidade, os dados demonstram que o verbo constitui a expressão lexical mais recorrente. Isso mostra que o predicado pode assumir a função não apenas de núcleo oracional, mas, em termos semântico-pragmáticos, pode indicar também a fonte de uma informação. Quanto à posição no enunciado, os falantes tendem a optar pela ordem não-marcada, ou seja, pela intercalação do item evidencial entre a fonte da informação e o conteúdo proposicional.

REFERÊNCIAS

AIKHENVALD, ALEXANDRA Y. Evidentiality in typological perspective. In Alexandra Y. Aikhenvald & Robert M. W. Dixon (eds.), **Studies in evidentiality**, 1–31. Amsterdam: Benjamins, 2003.

AMOSSY, R. **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2005.

BOYE, KASPER; HADER, PETER. Linguistic categories and grammaticalization. John Benjamins Publishing Company. **Functions of Language**, p. 9–43, 2009.

BYBEE, J; FLEISCHMEN, S (eds.). **Modality in grammar and discourse**. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1995a.

CARIOCA, C. R. **A manifestação da evidencialidade nas dissertações acadêmicas do português brasileiro contemporâneo**. 2005. 96f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

CHAFE, W; NICHOLS, J. (eds.). **Evidentiality**: the logistic coding of epistemology. Norwood, NJ: Ablex, 1986.

CHARAUDEAU, P. **O Discurso Político**. Trad.: Fabiana Komesu e Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

CRYSTAL, DAVID. **A Dictionary of linguistics and phonetics**. Oxford: Blackwell, 1991.

DALL'AGLIO - HATTNER, M. M. **A manifestação da modalidade epistêmica**: um exercício de análise nos discursos de ex-presidente Fernando Collor. 1995. 111f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

DE HANN, F. **Evidentiality and epistemic modality**. Artigo apresentado no 2º ALT meeting, Eugene, OR, 1997a. Disponível em: <http://www.unnm.edu/~fdehann/dutch.htm>. Acesso em: 10 jul. 2004.

DENDALE, P; TASMOWSKI, L. Introduction: evidentiality and related notions. **Journal of Pragmatics**, v. 33, 2001.

DIK, C.S. **The theory of functional grammar**. Parte 1: The structure of the clause. Dordrecht: Foris Publication, 1989.

_____. **The theory of functional grammar** – Part 2: Complex and derived

constructions. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997.

GALVÃO, V. C. C. **Evidencialidade e gramaticalização do português do Brasil**: os usos da expressão *diz que*. 2001. 213f. Tese (Doutorado em Lingüística) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

GONÇALVES, S. C. L. **Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade**: um estudo de caso no português do Brasil. 2003. 250f. Tese (Doutorado em Lingüística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. 2ª ed. London: Edward Arnold Publishers, 1985.

HENGEVELD, K. Illocution, mood and modality in a functional grammar of Spanish. **Journal Semantic**, v. 6. 1988.

_____. Layer and operators in functional grammar. **Journal Linguistic**, n.25, 1989.

LAZARD, G. On the grammaticalization of evidentiality. **Journal of Pragmatics**, n. 33, p. 359-367, 2001.

LUCENA, Izabel Larissa. **A expressão da evidencialidade no discurso político**: uma análise da oratória política da Assembléia Legislativa do Ceará. 2008. 110f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. Trad.: Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2002.

MAYER, ROLF. Abstraction, context, and perspectivization — Evidentials in discourse semantics. **Theoretical Linguistics** 16. 101–163, 1990.

MITHUN, MARIANNE. Evidential diachrony in Northern Iroquoian. In Wallace Chafe & Johanna Nichols (eds.), **Evidentiality: The linguistic coding of epistemology**, 89–112. Norwood: Ablex, 1986.

NEVES, Maria Helena de M. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

NICHOLS, J. Functional theory of grammar. **Annual Review of anthropology**, v. 43, 1984.

NOGUEIRA, M. T. **Processos de constituição dos enunciados**: predicação, referenciação, junção e modalização. Projeto de Pesquisa. Fortaleza; Brasília: UFC. CNPQ, ago. 2000 – ago. 2002.

NUYTS, J. Epistemics modal adverbs and adjectives and layered representation of conceptual and linguistic structure. **Linguistic**, v. 31, p. 933-969, 1993.

_____. **Aspects of a cognitive-pragmatic theory of language:** on cognition, functionalism, and grammar. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1992.

PERLMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação:** a nova retórica. Trad.: Maria Ermantina Galvão Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VENDRAME, V. **A evidencialidade em construções complexas.** 2005. 114f. Dissertação (Mestrado em Análise Lingüística) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.

WILLET, T. A. Cross-linguistic survey of the grammaticization of evidentiality. **Studies in Language**, v. 12, n. 1, 1988, p. 51-97.